

Lugares de memória: sedução, armadilhas, esquecimento e incômodos

Maria do Carmo Martins
Heloísa Helena Pimenta Rocha

Resumo

Neste artigo abordamos a criação do Centro de Memória da Educação, da Faculdade de Educação da Unicamp, problematizando-a tanto do ponto de vista da sua inserção em um movimento de “revitalização da memória”, no qual se questionam as políticas culturais de organização dos arquivos e centros de documentação, quanto em relação aos seus aspectos institucionais e coletivos, lidos no contexto da discussão sobre o papel da universidade brasileira contemporânea na produção e divulgação de informações e de memória científica. Apresentamos o projeto que o originou, as pesquisas que estão em desenvolvimento, bem como as diferentes linhas de atuação que temos traçado para a efetivação e institucionalização do CME/Unicamp.

Palavras-chave: Memória; Centro de Memória da Educação; História da educação.

Places of memory: Seduction, traps, forgetfulness and disturbance

Abstract

This article deals with the creation of the Center for Education Memory (CME), at the Faculty of Education of the State University of Campinas (Unicamp), in Brazil. The analyses was done based on two aspects: its insertion in the movement of “memory revival”, in which the cultural politics of the archives organization and documentation centers is questioned; and its relation to the institutional and collective aspects, in the context of the debate about the role of the contemporary Brazilian university in the information production and spreading, in addition to the scientific memory. It is presented the project that originated the CME, the research in development, and the different approaches that are been traced for the effectiveness and institutionalization of the CME/Unicamp.

Keywords: Memory; Center for Education Memory; History of education.

[...] *A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia.* (Le Goff, Jacques. *História e memória*, 1990)

Toda cultura se cria como modelo inerente à duração da própria existência [...], e a continuidade da própria memória. Em tal sentido, todo texto contribui tanto para a memória como para o esquecimento. E um texto não é então a “realidade” mas os materiais para reconstruí-la. A cultura exclui, em continuação, no próprio âmbito, determinados textos, levando em conta todos os tipos de injunção. (Ferreira, Jerusa Pires. *Armadilhas da memória e outros ensaios*, 2003)

Este artigo tematiza a experiência de criação do Centro de Memória da Educação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (CME/FE – Unicamp), que ocorre no âmbito de uma espécie de movimento de “revitalização da memória”. Esta “revitalização da memória”, como tema de estudos ou em relação à construção de políticas culturais, aparece

novamente marcada por conceitos como identidades, alteridades, cultura, direitos civis e inclusão social, quase sempre inseridos, em nível intelectual, no amplo espectro dos estudos históricos e culturais. Abordar um assunto tão amplo e tão em voga no cenário intelectual transforma-se numa experiência única, tensa, como são tensas as relações entre os desejos e as possibilidades vitais. Nesse sentido, procura-se abordar a criação do CME/FE, num diálogo franco com as próprias formas da tensão que o tema suscita: *sedução, armadilhas, esquecimento, incômodos*.¹

Sedução

*A muitos os poetas lembrariam
que o homem não é para ser engolido
por vossas gargantas mentirosas.
E sempre um ou dois dos vossos engolidos
deixarão suas heranças, suas memórias*

A IDÉIA, meus senhores

*E essa é a mais brilhosa
do que o brilho fugaz de vossas botas.*
(Hilda Hilst Poema I – *Homenagem aos homens do nosso tempo*)

Endereços para correspondência:

E-mails: carminha@unicamp.br heloisah@unicamp.br

O Centro de Memória da Educação da Faculdade de Educação da Unicamp é um centro de apoio à pesquisa recém-criado, que está apenas iniciando suas atividades. O projeto foi concebido em 2001, por uma equipe de professoras e uma funcionária da faculdade, e teve como ponto de partida algumas das mudanças estruturais que ocorriam na forma de organizar as pesquisas em educação na instituição à época.²

Sua constituição esteve vinculada aos debates sobre os modos de conceber temas e abordagens da história da educação, os quais têm se traduzido em um amplo leque de questões relativas à história das instituições escolares; culturas da escola; educação em espaços não-escolares; história do currículo; formação de professores; memórias da escolarização; processos educativos na formação dos sujeitos da educação e, ainda, em pesquisas interessadas em definir o que seria o patrimônio histórico e cultural da educação.

Sublinhando a necessidade de preservação da memória da educação, com especial atenção à instituição escolar, tais discussões inserem-se no reconhecimento de que a escola se constitui em uma das instituições fundamentais da sociedade contemporânea, espaço especializado na produção e reprodução da(s) cultura(s), consubstanciando-se, nesse sentido, num dos locais privilegiados para compreendermos as dinâmicas, os conflitos que envolvem a produção cultural em uma sociedade marcada pelas desigualdades.

Os debates sobre as culturas escolares têm alcançado maiores repercussões no atual momento acadêmico brasileiro, numa perspectiva de ampliação dos campos científicos da educação, envolvendo a história da educação, a sociologia do currículo, as políticas de formação de professores e também a configuração dos sistemas de ensino. Países como França, Espanha e Portugal, há pelo menos duas décadas, assumiram como fundamental para a história da educação conhecer a escola por dentro, revelando suas especificidades quanto à definição dos saberes escolares, as relações entre o campo acadêmico e o escolar, assim como as relações sociais no interior da escola.

No Brasil, a reconfiguração da historiografia educacional, nas últimas décadas, tem possibilitado, como assinala Carvalho (1998):

penetrar a caixa preta escolar, apanhando-lhe os dispositivos de organização e o cotidiano de suas práticas; pôr em cena a perspectiva dos agentes educacionais; incorporar categorias de análise – como gênero –, e recortar temas – como profissão docente, formação de professores, currículo e práticas de leitura e escrita. (p. 32)

Submetendo o passado educacional a uma nova

interrogação, interessada em apreender o processo histórico por meio do qual foi se constituindo o modelo escolar de educação, na intersecção de uma pluralidade de dispositivos científicos, religiosos e pedagógicos, as pesquisas têm procurado examinar esse modelo escolar de transmissão cultural, assim como os dispositivos que regem as práticas escolares constitutivas desse modelo e, ao mesmo tempo, os processos de formação profissional dos sujeitos da educação.

As escolas brasileiras, originariamente depositárias de grande acervo documental, não têm se constituído, entretanto, salvo algumas raras exceções, em centros de memória da escola, porque quase nada preservam de suas características e do seu trabalho. Se, por vezes, conservam prédios, fachadas e alguns poucos objetos históricos, descartam a maior parte dos documentos de suas práticas pedagógicas, das relações de trabalho, da vida dos alunos. Documentos como contratos de trabalho, fichas de inscrição de alunos, diários de classe, atividades de avaliação, planos de aulas e de cursos, cadernos e livros escolares são quase sempre descartados, ao primeiro sinal de que não possuem mais sua utilidade primordial. Quando não descartados, podem ser armazenados, sem qualquer tratamento arquivístico em sótãos, porões ou arquivos “mortos”.

Esses materiais, alvos prioritários do descarte, têm se configurado, para os estudiosos da educação, em importantes fontes de pesquisa, desvelando um mundo que existe ou existiu no passado da escola, revelando perfis de profissionais da educação, identidade sociocultural dos alunos, propostas e práticas pedagógicas, além das relações da escola com as políticas educativas e com a configuração dos saberes escolares. Ao constituir os documentos ainda existentes nas instituições escolares em fontes, vemos a possibilidade de redefinir a relação da escola com a sociedade na qual ela está inserida, uma vez que ela poderá ser interpretada com base em novas abordagens, novas metodologias, novos objetivos, no âmbito dos estudos sobre a escola, possibilitando a colocação de novos problemas para a compreensão da educação escolar.

Entretanto, o que chama a atenção, ainda hoje, é a grande dificuldade com que se defrontam os pesquisadores ao terem que definir suas fontes documentais, operação que, em geral, exige um exaustivo trabalho de “garimpagem”, com vistas à constituição do *corpus* documental, demandando a procura incessante por material para a pesquisa, a saída em expedições para múltiplos lugares a fim de recolhê-los, a produção de inventários de fontes; não raras vezes tendo que juntar, de maneira espontânea, fontes originais e copiadas em sua própria casa. Assim, o início do projeto de criação de um Centro de Memória na Faculdade de Educação da Unicamp teve uma forte inspiração nas discussões sobre arquivos e centros de documentação, no contexto dessa

reconfiguração dos estudos históricos em educação.

A criação desse novo órgão, vinculado à pesquisa na Faculdade de Educação, expressa também modificações na maneira como essa faculdade e a própria instituição universitária concebem suas funções acadêmicas, o papel renovador de seus espaços de pesquisa e a função política e cultural na organização do acervo histórico e patrimonial da educação brasileira. Este foi, certamente, o principal elemento de sedução do projeto. Tínhamos, certamente, uma enorme vontade de “salvar” documentos, de discutir a cultura material, de verificar as condições de realização da tarefa, dedicar tempo e depositar ilusões no projeto.

Foi nesse cenário que iniciamos as buscas, visando entender quais seriam os espaços mais adequados, que parcerias institucionais poderiam e deveriam ser realizadas; que pessoas poderiam estabelecer parcerias para a empreitada, que limites se colocavam para a realização e quais seriam nossos próprios recursos. Visitas a arquivos, a outros centros de memória, a bibliotecas especiais, leituras sobre educação e patrimônio, sobre história e memória; sobre lembranças e silenciamentos, deram a tônica e resultaram no projeto que foi apresentado à FE/Unicamp.

A idéia de institucionalização do CME/Unicamp recebeu forte impulso do diálogo estabelecido entre a diretora da FE, na época, profa. dra. Águeda Bernadete Bittencourt, e a então diretora do Centro de Memória/Unicamp (CMU) e docente da FE, profa. dra. Olga R. Moraes von Simson. Tal diálogo tornou explícita a alta demanda do CMU para acolher materiais da área da educação, que poderiam iniciar a constituição de um fundo específico sobre a memória das escolas, mas que, em função dos temas e das propostas do CMU, não poderiam ser ali mantidos.³

A opção pela criação de um centro de memória, e não de um arquivo ou centro de documentação, ocorreu num contexto maior, em que ganham ênfase as discussões sobre as possibilidades e o papel social da universidade nesta realização. Um centro de memória na FE/Unicamp viria ao encontro de uma política científica que, no Brasil, tem depositado nas universidades a maior responsabilidade em relação à produção e divulgação de informações e de memória científica.

Os centros de memória, como afirma Camargo (1999):

[...] apresentam como característica fundamental a proposta de trabalho que envolve a reunião, a preservação e a organização de arquivos e coleções (geralmente compostos de documentos originais, as “fontes primárias”) e de conjuntos documentais diversos (de natureza bibliográfica ou arquivística, originais ou cópias) reunidos sob o

critério do valor histórico e informativo, em torno de temas ou de períodos da história. Trabalha-se portanto, com informação especializada. (p. 50)

Tais espaços de informação especializada são fundamentais no apoio à pesquisa e na formação do pesquisador. Deve-se destacar, nesse sentido, que há na FE inúmeras iniciativas voltadas para a articulação entre a pesquisa e o ensino, nos níveis de graduação e pós-graduação. A criação do centro pautou-se, então, pela possibilidade de desenvolvimento de atividades, no âmbito dos cursos, contando com a participação dos estudantes tanto em atividades de pesquisa, como nas iniciativas de organização e referencição documental, de modo a contribuir para a realização de novas pesquisas.

Concebida desta maneira a singularidade dos centros de memória, que podem conter arquivos, mas que também possuem prerrogativas organizacionais de atuação em práticas pedagógicas de formação, organizando cursos, criando linhas de publicação e divulgação de pesquisas, constituindo propostas de estágios, o desenvolvimento a partir das pesquisas e não da criação de um arquivo específico foi a saída institucional encontrada para que o CME não fosse sinônimo de arquivo. Embora considerando que os arquivos são sedutores, na medida em que parecem nos restituir, em certos limites, a ilusão da volta a um passado muitas vezes romantizado, parecia claro que não se deveria iniciar a sua implantação como mais um lugar de guarda documental, privilegiando-se a implementação de uma variedade de ações que fizessem do centro um órgão voltado para a realização de pesquisas e não um lugar organizado com vistas a receber pesquisadores interessados em documentos antigos ou raros. Ademais, há que lembrar que o tema da memória não é referente ao passado, não se confunde com a negação do presente ou com as suspeitas em relação ao futuro. Memória é presente, existe no presente.

A criação de um conselho científico visou, desde o início, conferir legitimidade acadêmica ao centro, mas também definir suas ações iniciais. Foi com ele que pudemos erigir nossas principais linhas de atuação. A primeira, a parceria em eventos que promovessem debates sobre memória e espaços institucionais da memória. Seminários e conferências; discussões de convidados com estudantes, professores, pesquisadores e profissionais de diversos setores da universidade sobre as temáticas da memória e educação; memória e história; memória e bibliotecas ou arquivos, realizaram-se nestes três anos do CME. São as nossas atividades mais relacionadas à formação dos estudantes de graduação e pós-graduação.

A segunda linha de atuação corresponde ao desenvolvimento de pesquisas sobre instituições educacionais, por meio das quais o centro vem se constituindo

num interlocutor na organização dos acervos que se encontram em diversas instituições e que devem ser, prioritariamente, preservados e disponibilizados para consulta nestes mesmos lugares. Trata-se, por exemplo, da organização, referência e disponibilização de arquivos escolares, da tentativa de compreender, com estudos específicos sobre escolas centenárias ainda em atividade na cidade de Campinas, o que são seus pertences, seus guardados, relíquias e tesouros, descartes, objetos esquecidos. São formas de incentivar o desenvolvimento de pesquisas, que visam favorecer a identificação, o acolhimento, o tratamento das fontes e a criação de “pequenos” centros de documentação e museus vinculados às memórias do lugar. São ações que buscam produzir uma “memória da educação” na sua intrínseca relação com a cultura material, com as práticas escolares cotidianas e com os sujeitos envolvidos nessas práticas, numa perspectiva de trabalho atenta aos riscos da “fetichização” do documento. Destas investigações vem o recurso financeiro para a compra de equipamentos para o CME e o pagamento das bolsas para os investigadores.⁴

Por fim, destaco, na terceira linha de atuação, a orientação de dissertações e teses, nas quais os temas “memória e educação” e “educação pela memória”, em espaços como os centros de documentação e os museus são estudados, problematizados, criticados e compreendidos.⁵

Armadilhas

*No mundo há muitas armadilhas
e o que é armadilha pode ser refúgio
e o que é refúgio pode ser armadilha*

Ferreira Gullar – *Dentro da noite veloz*

Como ocorre sempre àqueles que estão movidos pela paixão e sob o efeito da sedução, há disposição para encontrar o sinistro. E, deste encontro, fazemos esforço para novamente perceber a realidade. Estudos sobre memória, história, cultura e patrimônio, realizados com olhar curioso, acabam por favorecer uma série de reflexões sobre as armadilhas que o projeto pode conter.

A revitalização da memória como tema e como referência para estudos culturais, artísticos e históricos, a memória como sinônimo de patrimônio, memória como atributo da cognição, devem ser entendidos em suas singularidades. Memória é hoje uma baliza para luta pelos direitos civis, é compreendida como atributo constituinte da cidadania, é valorizada na formação das identidades culturais dos diferentes grupos sociais. Há, nessa revitalização do tema da memória, uma explícita positividade política e, sem dúvida alguma, uma retomada poética, às vezes romântica, da memória como lembrança, da memória como atualização do

passado, da memória como espetáculo – que é, ao mesmo tempo, a aceitação dos traços do passado no presente –, da memória como sinônimo de vida.

Como nos lembra Seixas (2001), ao referir-se aos estudos de Pierre Nora, a memória é a tradição vivida: “memória é vida”, é a atualização no “eterno presente”, é espontânea e afetiva, múltipla e vulnerável. Para ele, assim como para Marrou, a história é diferente da memória, justamente pela operação crítica que o historiador faz ao construir um discurso historiográfico. Sabemos, também, pelos escritos de Halbwachs, que a memória histórica é um produto artificial, com uma linguagem prosaica e ensinável (Catroga, 2001).

Como elemento marcante da identidade e como capacidade de reconhecer-se entre os seus, a memória acaba por ser valorizada também como resistência ao esquecimento e ao silenciamento que nos são impostos, em épocas de tanta vulnerabilidade; mudanças e excesso de informação ou destruição (Colombo, 1991).

No campo da educação, a retomada das discussões sobre memória tem significado retomar o “lugar do sujeito”, já que a memória, concebida como capacidade cognitiva (a memória/conhecimento), ou como função política (memória voluntária e memória coletiva) nos permite repensar os sujeitos diretamente envolvidos em processos educativos, por práticas interventoras, ação institucional e regulamentada mediante dispositivos de regulação social. Esse “lugar da memória do sujeito” contém o vivido e o imaginado, já que a virtualidade é uma das características da memória.

Entendida dessa forma, construir espaços e lugares que “abriguem”, guardem e protejam vestígios do tempo, para promover lembranças (como ocorre na proliferação dos museus, por exemplo) ou para serem examinados por atentos olhares dos historiadores (nos arquivos e centros de documentação), produz um incontestado efeito sedutor, assegurando-nos como intelectuais defensores do patrimônio cultural, ao mesmo tempo em que, no tempo presente, nos mostramos preocupados com a educação das futuras gerações.

Mas como diz a poesia, às vezes, o que é refúgio pode ser armadilha. É nesse sentido que Colombo (1991) nos chama a atenção para o fato de vivermos uma obsessão pela memória na construção de arquivos, ao mesmo tempo em que Huyssen (2000) destaca que vivemos paradoxalmente seduzidos pela memória. De um lado, a obsessão pela memória e pelo passado, como tentativa de manter acesa a lembrança dos traumas, o esforço para que a alteridade ainda seja constituinte das relações sociais em mundos massificados. É a *anamnese* como cultura. De outro lado, acusa-se a cultura contemporânea de *amnésia*, embotamento, apatia, porque vivemos numa época em que a informação nos

assoberba e entramos no consumo da informação e dos produtos, de forma que tudo se torna obsoleto instantaneamente, deixando-nos cada vez mais à mercê dos esquecimentos provocados pela ausência de vínculos com os objetos, a produção, a informação etc.⁶

A armadilha de valorizarmos a memória pelo rico passado que ela contém, assim como pelo futuro que ela representa, coloca-nos diante da “monumentalização” e “fetichização” da própria memória, e claro, de todos os espaços, lugares ou coisas que promovam, rapidamente, essa operação de defesa da memória nos diferentes sujeitos.

Por outro lado, sabemos que memória e esquecimento são partes de um mesmo processo, para o qual Freud já atentara quando:

[...] nos ensinou que a memória e o esquecimento estão indissolúvel e mutuamente ligados; que a memória é apenas uma outra forma de esquecimento e que o esquecimento é uma forma de memória escondida. Mas o que Freud descreveu como os processos psíquicos da recordação, recalque e esquecimento em um indivíduo vale também para as sociedades de consumo contemporâneas, como um fenômeno público de proporções sem precedentes que pede para ser interpretado historicamente. (Huyssen, 2000, p. 18)

Nessa sociedade de valorização/desvalorização da memória, os arquivos, as bibliotecas, os museus ocupam lugar de destaque porque, por meio deles, é possível promover ações educativas que possam repercutir e reproduzir tal cultura da anamnese/amnésia. E pensando em criar um espaço especializado em memória, como este, em uma faculdade de educação, cuja marca acadêmica é a de olhar criticamente a educação como processo de produção e reprodução da cultura, temos um dilema que pode ser transformado em mais uma armadilha, porque nos sentimos às vezes desanimados ou excessivamente críticos em nossa ação.

Esquecimento

*É preciso não esquecer nada:
nem a torneira aberta nem o fogo aceso,
nem o sorriso para os infelizes
nem a oração de cada instante.*

*É preciso não esquecer de ver a nova borboleta
nem o céu de sempre.*

*O que é preciso esquecer é o nosso rosto,
o nosso nome, o som da nossa voz, o ritmo do nosso pulso.*

*O que é preciso esquecer é o dia carregado de atos,
a idéia de recompensa e de glória.*

Cecília Meireles – *É preciso não esquecer nada*

*Oh se me lembro e quanto.
E se não me lembrasse?
Outra seria minh'alma,
bem diversa minha face.*

*Oh como esqueço e quanto.
E se não esquecesse?
Seria homem-espanto,
ambulando sem cabeça.*

*Oh como esqueço e lembro,
como lembro e esqueço
em correntezas iguais
e simultâneos enlases.*

*Mas como posso, no fim,
recompôr os meus disfarces?*

Carlos Drummond de Andrade

A idéia de que memória e esquecimento são indissociáveis tem, é claro, solucionado parte das questões conflitantes sobre as escolhas da memória. Ferreira (2004), ao analisar o esquecimento existente nas narrativas, adverte-nos de que a dupla esquecimento/memória está apenas em aparente oposição, porque, indissociados, dão conta de eixos de conflitos, uma vez que indivíduos e grupos lançam mão da seletividade e da expulsão dos elementos indesejáveis em situações de tensão.

Seixas (2001), retomando as discussões contemporâneas sobre a memória, tal qual o fazem Bergson e Hanna Arendt, mostra como ambos buscam compreender a complexidade alcançada com essa capacidade humana de lidar simultaneamente com a lembrança e o esquecimento; com as funções prospectivas e projetivas, com os tempos: passado e futuro, no presente. A reiteração de uma memória capaz de vincular-se à identidade individual e coletiva, numa sociedade em que essas identidades são fatores de diferenciação, mas também de submissão, de hierarquização e de deslegitimação social de grupos e indivíduos, apresenta-nos o paradigma da memória como essencial nas relações políticas que envolvem esses sujeitos.

A defesa do direito à memória, em tempos atuais, refere-se então, segundo estas perspectivas, à necessidade de procurar e selecionar, no passado, elementos que reforcem o enraizamento desses sujeitos. Todavia, esse jogo de lembranças e esquecimentos, como ainda nos lembra Seixas, adquire importância capital em nossa época de ausência das utopias históricas, porque apontam os *lugares* para a realização.

Se a teoria já nos adverte que a seleção ocorre em toda situação de memória, que é também de esquecimento, quais seriam as tensões que se colocam para um centro de memória?

Huyssen (2000) mais uma vez nos adverte:

A memória é sempre transitória, notoriamente não confiável e passível de esquecimento; em suma, ela é humana e social. Dado que a memória pública está sujeita a mudanças – políticas, geracionais e individuais –, ela não pode ser armazenada para sempre, nem protegida em monumentos; tampouco, neste particular, podemos nos fiar em sistemas de rastreamento digital para garantir coerência e continuidade. Se o sentido do tempo vivido está sendo renegociado nas nossas culturas de memória contemporâneas, não devemos esquecer de que o tempo não é apenas o passado, sua preservação e transmissão. Se nós estamos, de fato, sofrendo um excesso de memória, devemos fazer um esforço para distinguir os passados usáveis e os dispensáveis. [...] Mesmo que a amnésia seja um subproduto do ciberespaço, precisamos não permitir que o medo e o esquecimento nos dominem. Ai então, talvez seja hora de lembrar o futuro, em vez de apenas nos preocuparmos com o futuro da memória. (p. 20)

A articulação entre a memória e a educação torna-se, nesse sentido, mais do que uma tarefa de reconhecimento do passado. A educação e os estudos sobre a memória trazem, subjacentes, preocupações com o futuro. No caso desse trabalho referimo-nos ao “futuro que habita a memória”.

É nesse sentido que um centro de memória da educação, numa “era de informação e tecnologia”, tem um papel significativo a cumprir, mas é importante não esquecer, como diz a poesia, das coisas essenciais. É preciso lembrar de relativizar o papel social destes lugares, de ver a sua transitoriedade e de compreender que a ação de qualquer um desses centros corresponde a um projeto de tempo presente. Ao tornar acessíveis inúmeros dados, fontes e fundos documentais a um número mais amplo de pesquisadores, o CME pode constituir-se num fórum público de pesquisa, capaz de fortalecer a dimensão de sujeito histórico, concebido como produtor de reflexões, de conhecimentos históricos e fabricante de memórias. Seu papel significativo é de também subsidiar o trabalho intelectual e preservar a transparência das formas de produção dos conhecimentos e do próprio documento, mas, de maneira essencial, devemos ter em mente a transitoriedade disso.

As questões revelam um tipo de dilema que, se aos organizadores dos arquivos pode parecer extemporâneo (porque questiona a essência própria do passado, contido no documento), não o é quando trazemos as dúvidas sobre a seletividade dos saberes e o poder de que se acham investidos.

A criação do CME e sua configuração, ademais de estar atenta às necessidades imperiosas de criar condições para o amplo desenvolvimento de pesquisas e formação em humanidades e de cumprir com o

compromisso de salvaguardar fontes para que tais pesquisas sejam realizadas, nos traz também, e simultaneamente, a necessidade de pensarmos, como lembra Martin-Barbero (2000), o discurso da memória que se realiza desde o poder, aquele que busca a criação de um sujeito homogêneo e que se livra, na retórica da criação de uma narrativa total, dos excluídos e dos “diferentes”.

Poderemos incorrer no mesmo perigo ao identificarmos o centro como um espaço privilegiado de um saber total, “senhor da memória e do esquecimento” (Le Goff, 1996), e quando promovemos ações que sejam de “empoderamento” deste lugar, como o lugar que pode conter a verdade, ou seja, o “lugar da memória”. Além disso, há que se considerar, ainda, que nesta época de informação acentuada, conseguimos fazer muitos exercícios projetivos, mas quase nada conseguimos construir de projetos coletivos. O excesso de dados e de informações cria o simulacro de que temos um conjunto de saberes que, por si só, ou ordenados de maneira leviana, permitem fazer projeções sobre o futuro. Com isto, apenas queremos reiterar que as seduções e as armadilhas estão, a todo tempo, muito perto de nós.

Incômodo

*Este é tempo de partido,
tempo de homens partidos
Em vão percorremos volumes,
viajamos e nos colorimos.
A hora pressentida esmigalha-se em pó na rua.
Os homens pedem carne. Fogo. Sapatos.
As leis não bastam. Os lírios não nascem
da lei. Meu nome é tumulto, e escreve-se
na pedra.*

Carlos Drummond de Andrade – *Nosso Tempo*

[...] a memória coletiva faz parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas e das sociedades em vias de desenvolvimento, das classes dominantes e das classes dominadas, lutando todas pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência e pela promoção. (Le Goff, Jacques. História e memória, 1990)

De tudo o que relatamos até aqui, resta um último aspecto, que ousamos destacar, ainda sem maiores definições e talvez fazendo uma análise precipitada. O incômodo maior da construção do CME, até o momento, refere-se à tentativa de efetivá-lo como criação coletiva. O CME só poderá ampliar suas ações na medida em que puder estabelecer parcerias com outras instituições similares e afins, evitando-se, assim, a duplicidade e a competição entre elas. Mas, em épocas de tanta fragilidade na criação de relações públicas nos

âmbitos universitários e em outros espaços institucionais, promover essas articulações não é tarefa das mais fáceis, principalmente quando se trata de organizações de coleções, de fontes ou mesmo da disputa por financiamentos para as pesquisas.

Além disso, a gestão colegiada do CME ainda não está plenamente definida. Há que se pensar como tornar o centro um espaço para diferentes propostas de trabalho e para a investigação. Em épocas de uma paradoxal cultura de amnésia/anamnese, de todos os lados aparecem solicitações para que o CME receba conjuntos de documentos para promover a guarda e a preservação. Os pedidos são muitos, desde grupos de pesquisa da FE, que por motivos variados colecionaram material, até de escolas que querem que façamos uma espécie de apologia da instituição. Entende-se, às vezes, o centro como um prestador de serviços gerais para questões de memória. A gestão da informação especializada é, e tudo indica que será por um longo período, uma das questões para a implantação efetiva do CME.

Por fim, há algo que podemos definir como incômodo, porque estamos atentas às memórias incômodas. A memória incômoda, como sabemos, vem acompanhada das idéias sobre identificação e projeção. Memória e poder estão intrinsecamente associados nas questões de identidade dos grupos sociais. Reconhecer isto é, numa sociedade democrática, reconhecer também o direito às diferentes memórias. Estudos sobre a cultura popular e sobre movimentos sociais, por exemplo, valorizam, mais do que nunca, a retomada das questões da memória. Percebe-se também uma ampliação das políticas, locais ou nacionais, para a retomada de ações que sejam valorativas da memória e da história local, calcadas na criação de “lugares” para exposição e criação de coleções que deixem à vista, e com fácil acessibilidade, elementos simbólicos dessas memórias.

Curiosamente, entretanto, na história do Brasil republicano, os períodos em que as questões da memória ganharam maior incentivo, do ponto de vista das ações culturais por meio de políticas públicas, foram justamente os momentos de grande autoritarismo, especialmente as ditaduras de Vargas (1937-1945) e dos militares (1964-1985). Nesses dois períodos, as discussões sobre o nacional e o regional ganharam importância, principalmente no aspecto político, numa enfática tentativa, por parte dos grupos dirigentes, de construir um projeto nacional de desenvolvimento (Delgado; Ferreira, 2003; D’Araújo; Soares, 1994). Conhecer o regional e transformá-lo em componente constituinte da cultura nacional assegurou não somente uma sociologia realizada a partir do Estado, como também ampliou o controle sobre os grupos sociais, que ganharam maior visibilidade e foram incentivados a refletir sobre suas próprias condições de reprodução cultural,

sobre suas tradições e, evidentemente, a estabelecer ações para o descarte dos elementos culturais que se mostrassem contraditórios ou conflitantes com o projeto maior.

Esta ação interventora, de controle sobre a cultura de diferentes grupos sociais, teve a marca da construção de memórias e da identificação de lugares para a memória coletiva, institucionalizados. Projetos de Museus Pedagógicos da era Vargas, Legislação sobre Patrimônio Histórico, definição do papel da universidade como principal responsável pela salvaguarda de determinados documentos, fixada desde o nível federal, durante o período militar, demonstram a necessidade de estarmos atentos aos componentes ideológicos das nossas frágeis instituições públicas, porque frágil é também a construção de nossa democracia e de nossos espaços públicos.

Dito isso, voltamos à preocupação com a “memória incômoda”, porque ela se refere, em certa medida, à identificação do opressor e do oprimido, mas entendida aqui como aquela memória que, exposta e percebida, ajuda os sujeitos a terem consciência de como suas visões de mundo são construídas. O confronto com as “memórias incômodas” pode alterar a percepção das forças que os definem e possibilitar alterações, também, em suas perspectivas e atuações. Depositamos expectativa de que o Centro de Memória da Faculdade de Educação da Unicamp seja movido muito mais pelo incômodo do que pela sedução da memória como patrimônio, embora essas separações não sejam assim tão marcadas. Desafio expresso por Le Goff (1990), quando nos adverte que “devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens” (p. 477).

Notas

¹ Uma versão deste artigo está indicada para publicação na *Revista do IDEP/Bogotá*, Colômbia, como resultado de um seminário realizado na Universidad Pedagógica Nacional.

² A equipe foi nomeada pela então diretora da FE, profa. dra. Águeda Bernadete Bittencourt, e era composta pelas professoras: profa. dra. Maria do Carmo Martins; profa. dra. Ana Maria Fonseca de Almeida, profa. dra. Maria Carolina Bovério Galzerani (elaboradoras da versão final do projeto) e pelas colaboradoras: profa. dra. Maria Cristina Meneses e me. Magali Reis. Hoje o Comitê Gestor do CME é composto pela profa. dra. Maria do Carmo Martins e profa. dra. Heloísa Helena Pimenta Rocha, contando com um comitê científico com representação das 8 áreas temáticas da pós-graduação da FE.

³ A organização do CME contou com apoio da Finep, que garantiu a verba inicial para estruturação do espaço em que foi instalado. Com essa verba, foi possível criar um pequeno espaço para o arquivo e um espaço para reuniões, além de uma bancada de trabalho, com computadores.

⁴ Dois dos projetos desenvolvidos no CME correspondem à organização das fontes para pesquisa em história do currículo

das escolas secundárias campineiras. O projeto piloto foi desenvolvido pela pesquisadora Rosângela Gomes (Pibic–CNPq) em busca de fontes do Colégio Culto à Ciência. Em outra instituição, Colégio Progresso Campineiro, buscamos os documentos sobre a educação feminina em suas práticas pedagógicas e materiais de leitura, com a Iniciação Científica de Priscila K. Correa. Ambas as escolas estão ainda em atividade e devem ter a guarda e a responsabilidade sobre o material arquivado, visando, com isto, tornar as escolas também locais de acesso aos pesquisadores. O projeto maior, denominado “Memórias da educação escolar: cultura material e organização de arquivos escolares”, desenvolvido por mim, em parceria com a profa. dra. Heloísa H. P. Rocha, está em fase inicial, com recursos do CNPq. A profa. Heloísa H. P. Rocha desenvolve, ainda, o projeto “Higienismo e cultura escolar: um estudo sobre a Inspeção Médica Escolar em São Paulo”, também com financiamento do CNPq, que visa levantar, organizar, referenciar e disponibilizar documentos sobre as práticas de inspeção desenvolvidas por esta instituição junto às escolas paulistas, nas décadas iniciais do século XX.

⁵ Rogério Xavier Neves. *As possibilidades educacionais dos centros de documentação e memória*. Dissertação de Mestrado. FE/Unicamp. 2005. Claudia Aparecida Kreidlro. *A cultura material e a escola: história, ensino e museus*. Mestrado em andamento.

⁶ Huyssen (2000) nos adverte para isso destacando que a sociedade informatizada utiliza-se dos computadores como um recurso seguro e de longa duração, como se ele, de fato, produzisse a informação perene. Todavia, como nos indica, os computadores possuem apenas 50 anos de existência e já se tornou necessário criar uma arqueologia para leitura de programas e de estruturas de armazenamento de informações, justamente pela enorme contradição entre produção e consumo presentes nessa ferramenta.

Bibliografia

BELLOTTO, Heloísa. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida (Org.). *Dicionário de terminologia arquivística*. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 1996.

CAMARGO, Célia R. Os centros de documentação das universidades: tendências e perspectivas. In: SILVA, Zélia Lopes da (Org.). *Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas*. São Paulo: Ed. da Unesp; Fapesp, 1999.

CARVALHO, Marta Maria C. de. Por uma história cultural dos saberes pedagógicos. In: SOUSA, Cynthia Pereira de; CATANI, Denice B. (Org.). *Práticas educativas, culturas escolares, profissão docente*. São Paulo: Escrituras, 1998.

CATROGA, Fernando. *Memória, história e historiografia*. Coimbra: Quarteto, 2001.

COLOMBO, Fausto. *Os arquivos imperfeitos: memória social e cultura eletrônica*. São Paulo: Perspectiva, 1991.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (CONARQ) *Mesa-redonda nacional de arquivos*. Caderno de textos. Rio de Janeiro, jul. 1999.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *Arquivos, fontes e novas tecnologias: questões para a história da educação*. Campinas: Autores Associados; Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 2000.

FERREIRA, Jerusa Pires. *Armadilhas da memória e outros ensaios*. Cotia: Ateliê, 2004.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila A. N. *O Brasil republicano: o tempo do nacional estatismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

HUYSEN, Andréas. *Seduzidos pela memória*. Rio de Janeiro: Aeroplano; Universidade Cândido Mendes; Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, 2000.

KHOURY, Yara Aun (Coord.). *Guia central de documentação e informação científica “Prof. Casemiro dos Reis Filho”* – PUC/SP. São Paulo: Educ, 1995.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1990.

MARTIN-BARBERO, Jesus. El futuro que habita la memoria. In: GOMEZ, G. S.; OBREGÓN, M. E. W. (Comps.). *Museo, memoria y nación*. Bogotá: Ministerio de Cultura; Museo Nacional de Colômbia, 2000.

MARTINS, Maria do Carmo. Os desafios para a organização do Centro de Memória da Educação da FE/Unicamp – ou de como construir coletivamente um “lugar de memória”. Unicamp, 2004. Disponível em: <www.fe.unicamp.br/servicos/centro_memoria/pesquisa/evora.pdf>.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. A crise da memória, história e documento: reflexões para um tempo de transformações. In: SILVA, Zélia Lopes da (Org.). *Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas*. São Paulo: Ed. da Unesp; Fapesp, 1999.

NORA, Pierre. *Le lieux de memoire: la republique*. Paris: Galimard, 1997.

PEIXOTO, Anamaria Casasanta. Museu da Escola de Minas Gerais: um projeto a serviço de pesquisadores e docentes. In: *Museu da Escola de Minas Gerais/Centro de Referência do Professor* – SEEMG. Museus da escola de Minas Gerais, 1998.

SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de memória em terras de história: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Org.). *Memória e (re)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2001.

SOARES, G. A. D.; D'ARAÚJO, C. *21 anos de regime militar: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1994.

TERDIMAN, R. *Present past. Modernity and the memory crisis*. Ithaca: Cornell University Press, 1993.

VÁZQUEZ, Josefina Zoraida. El dilema de la selección documental. In: México. Secretaría de Gobernación e Archivo General de la Nación. *Entre historiadores y archivistas: el dilema de la valoración documental*. México, 1995.

Sobre as autoras:

Maria do Carmo Martins é professora da Faculdade de Educação da Unicamp, membro do Grupo de Pesquisa Memória, História e Educação, membro da Rede Educação, Cultura e Política na América Latina e coordenadora do Comitê Gestor do Centro de Memória da Educação da Unicamp.

Heloísa Helena Pimenta Rocha é professora da Faculdade de Educação da Unicamp, membro do Grupo de Pesquisa Memória, História e Educação e do Comitê Gestor do Centro de Memória da Educação da Unicamp.

